

REGIÃO E CONTRADIÇÃO

Sandra Corrêa Moura¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o termo região sob o ponto de vista do método dialético e especificamente à luz da lei da unidade dos contrários. Parte-se da discussão desta lei para se chegar a enfocar a concepção que Gramsci realizou a respeito das regiões que contraditoriamente integram o território italiano. A seguir, recuperando a lei da contradição, faz-se uma análise sobre a regionalização sob o modo de produção capitalista, esclarecendo, por fim, o que o termo região significa para a chamada Geografia Tradicional.

Palavras Chaves: região, regionalização, contradição.

ABSTRACT

This paper discusses the term region according to the dialectical method, and more specifically according to the law about the unity of contraries. That law is used to understand Gramsci's conception about the regions that, plentiful of contradictions, constitute the Italian territory. Next, recuperating the contradiction law, the regionalization under capitalism is analysed in order to alert about the meaning of the term region to the so called Traditional Geography.

Keywords: region, regionalization, contradiction.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia, durante toda a sua trajetória, seguiu muito mais a concepção metafísica e conceituou região com base nos métodos positivista, neopositivista, funcionalista e estruturalista. Todas estas correntes exerceram uma dominação no seio desta ciência e acabaram camuflando todas as tentativas de alguns poucos cientistas que ousaram introduzir, nesta disciplina, algumas noções não comprometidas com o sistema capitalista e com as classes dominantes, para as quais a

¹ Mestre em Geografia Humana. Professora aposentada do Departamento de Geografia, UFMT, Cuiabá, MT.

Geografia sempre se colocou a favor e a seu serviço, criando, inclusive, instrumentos - a exemplo da teoria de desenvolvimento regional, do planejamento regional e até de uma "ciência regional"- que foram utilizados não para minorar os efeitos dos "desequilíbrios" regionais, mas para a eficácia do processo de expansão e acumulação do capital.

Portanto, conceituar região sob uma outra perspectiva, qual seja, a do materialismo histórico e do método dialético, adquire uma importância muito grande para o geógrafo, uma vez que lhe permite ir além das formas e aparências, para se chegar ao conteúdo e à essência da produção social do espaço.

Este estudo tem como preocupação central a compreensão do termo região à luz de uma lei fundamental da dialética - a lei da contradição ou a lei da unidade dos contrários.

2. A ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO NA DIALÉTICA

A dialética materialista foi derivada do conjunto das obras teóricas de Marx. Como se sabe, ele não deixou escrito explicitamente o seu método, pois preocupou-se, sobretudo, em aplicá-lo. Mas, apesar de não deixar o seu método explícito, da análise de suas obras pode se extrair o fundamento do seu procedimento metodológico e as normas próprias para se chegar ao "conhecimento" que para Marx é uma elaboração, isto é, uma construção mental que se realiza através de instrumentos do pensamento e não com elementos extraídos da realidade exterior a este.

A elaboração do conhecimento para Marx se faz através de uma progressiva determinação de relações. Isto é, implica a construção de "*conceitos representativos das relações determinadas e observadas no seio da realidade considerada*"².

Essas relações que se estruturam e integram em sistemas de conjuntos, vão construir, segundo a própria expressão de Marx, a "síntese de múltiplas determinações...a unidade da diversidade". A estes sistemas relacionados, este autor chamou de concreto - o fato real; e concreto pensado - o conceito ou fato mental.

² PRADO JR., 1979, p. 18.

3. DIALÉTICA - A LÓGICA DO MOVIMENTO E AS LEIS QUE REGEM O MÉTODO

A dialética materialista de Marx e de seu seguidor Engels parte do princípio de que tudo está em perpétuo movimento. Este movimento, que é universal, encontra-se em todos os níveis da realidade, ou seja, não apenas na história das sociedades humanas, mas na história dos planetas, dos astros, da matéria inorgânica, etc. O nosso planeta não tem vida eterna. A matéria inorgânica deu aparecimento à matéria orgânica e, no percurso desta evolução, apareceram os seres vivos vegetais, animais e a espécie humana. As sociedades primitivas sem classes deram lugar às sociedades divididas em classes. Os modos de produção se alteram, as classes dominantes e dominadas se diferenciam e se alternam. Os indivíduos também nascem, crescem, amadurecem e morrem, sem nenhuma possibilidade de reverter este processo implacável.

Assim, o movimento, a evolução universal, rege toda a existência, possuindo esta um caráter material. A dialética materialista, desenvolvida por aqueles pensadores, procura desvendar os traços desses movimentos universais.

A dialética, portanto, estuda as leis do movimento e as formas que este assume, isto é, tanto o movimento como função da contradição quanto o movimento, função da totalidade. É claro que todo o movimento tem uma causa, e assim pode se dizer que, em última instância, a razão de qualquer mudança ou movimento são as contradições internas do objeto em transformação. Assim sendo, todo o fenômeno, ser, coisa, etc., evolui, modifica-se, devido às próprias contradições inerentes a cada um deles. Por esse motivo, a dialética se denomina ciência da contradição ou lógica do movimento.

A concepção dialética de Marx vai contra a visão metafísica que concebe a realidade dispersa, dividida em partes estanques, cada qual com sua individualidade e identidade própria, ligadas umas às outras pela sua exterioridade e imutáveis, que se sucedem umas às outras, mas não se integram e não se transformam em conjunto.

A dialética materialista concebe a realidade como um todo único, tanto no espaço (a simultaneidade) como no tempo (o constante

devir), e o universo em constante movimento e transformação que em conjunto arrasta consigo a sua totalidade.

Para explicar as diferenças que ocorrem entre as sociedades, baseado na dialética materialista, Tsé-tung explica:

Igualmente, o movimento da sociedade é devido sobretudo às causas internas e não externas. Observam-se países que se encontram em condições geográficas e climáticas que se desenvolveram de maneira muito diferente e bastante desigual. Acontece que num único e mesmo país se produzem importantes transformações na sociedade sem que sejam modificados o meio geográfico e o clima. As mudanças (...) que ocorrem na sociedade originam-se sobretudo do desenvolvimento das contradições situadas no interior da sociedade, isto é, das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, entre as classes, entre o novo e o antigo.³

Entretanto, a dialética não exclui as causas externas, mas as considera. Tanto é que: *as causas externas constituem a circunstância das mudanças, que as causas internas disso são a base, que as causas externas operam por intermédio das causas internas.⁴*

Através destas considerações a respeito de como Marx elabora o seu pensamento ou de como a dialética materialista concebe o mundo, pode-se dizer que para este método científico, o conhecimento é totalizante e a atividade humana faz parte de um processo global que nunca chega a uma fase definitiva e acabada. Qualquer objeto, fenômeno, coisa que o homem queira conhecer, estudar ou criar integra um todo e por essa razão, a fim de se alcançar tal intento, deve-se ter uma visão de conjunto, para a partir daí alcançar a idéia dos elementos ou das partes desse todo. Isto exprime o que Hegel já havia afirmado: "a verdade é o todo".

Esta visão de conjunto nunca chega, de fato, a dar conta da realidade, pois esta é sempre mais rica do que o nosso conhecimento e a síntese que elaboramos dela. Além do mais, isto se torna possível, dado ao fato de que a realidade está em perpétuo movimento.

³Tsé-Tung, M., 1979, p.20-21.

⁴Ibidem, p. 21.

Para se trabalhar com o conceito de totalidade é preciso ter em mente o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas a que está se referindo e lembrar-se também que a totalidade é apenas um momento de um processo de totalização, pois a dialética é um método que permite sempre reconhecer a emergência do novo.

Há que se ressaltar que o todo só se modifica, de fato, após o acúmulo de mudanças que ocorre nas partes que o compõem. Aí, ter-se-á chegado a um ponto de “transformação da quantidade em qualidade” - esta é uma das leis da dialética, que será mais tarde colocada. Ressalta-se ainda que cada totalidade tem o seu modo de transformar, e estas mudanças variam, dependendo do caráter da totalidade e do processo específico do qual ela é um momento.

Mas, para se chegar às totalidades a que a realidade está inserida e articulada, o método dialético exige um trabalho sério e parcimonioso.

O pensamento dialético (...) é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade⁵.

Isto significa dizer que para se ir além das formas e aparências e chegar ao conteúdo e essência dos fenômenos, é preciso realizar as operações de síntese e de análise, capazes de mostrar a dimensão imediata - percebida logo de início, e uma dimensão mediata - que vai sendo descoberta, construída pouco a pouco.

Estas mediações remetem ao elemento que se encontra colado a toda e qualquer realidade - as contradições. Isto é necessário porque os elementos da realidade social não podem ser compreendidos isoladamente, mas através dos seus contrários.

Por esse motivo, a contradição é, para o pensamento dialético, o seu princípio básico. Este método, portanto, não é contrário à lógica, mas vai além dela.

⁵ KONDER, L., 1984, p.46.

Enfim, pode se dizer que a dialética materialista se fundamenta em três princípios básicos, os que foram didaticamente explicitados por Engels:

- 1- Lei da unidade e luta dos contrários;
- 2- Lei da passagem da quantidade em qualidade e vice-versa;
- 3 -Lei da negação da negação.

A primeira lei que interessa de perto a este estudo, diz respeito ao próprio movimento que implica uma contradição, isto é, em elementos opostos uns aos outros, que lutam entre si, mas que compõem uma unidade. Se não existisse esta oposição e esta unidade, não existiria movimento, vida ou a própria existência. Este princípio revela que as coisas não podem ser apreendidas de forma estanque, separadas umas das outras. Entretanto, conforme os pares de oposição e o contexto onde se inserem, prevalece um ou outro lado da realidade.

A segunda lei se refere ao movimento que dá lugar às mudanças dos seres, coisas, fenômenos. Num primeiro momento, as transformações não ocorrem ao nível da estrutura ou qualidade, tendo-se, portanto, uma mudança quantitativa. Esta se faz de uma forma gradual e quase imperceptível, até um determinado ponto, quando, ao invés de serem lentas, as mudanças se aceleram, efetuando-se por “saltos” que dão origem às modificações radicais dos objetos.

A terceira lei significa que o movimento geral da realidade não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, mas tanto uma quanto a outra são superadas, prevalecendo a negação da negação.

4. A REGIÃO EM GRAMSCI

Como a proposta deste trabalho é compreender o real significado do termo região, tentar-se-á, neste capítulo, recuperar a análise que Gramsci realizou a respeito da questão do *Mezzogiorno* italiano.

Este autor foi um dos primeiros pensadores que tratou da questão regional sob o ponto de vista do materialismo histórico e do método dialético. Este assunto foi desenvolvido, principalmente em “Alguns Temas da Questão Meridional”⁶, escrito em 1926, pouco antes de sua prisão que o levaria à morte, e por esse motivo, trata-se de uma obra inacabada. Este trabalho de Gramsci, segundo alguns autores que se aprofundaram em seu pensamento⁷, constitui a sua obra máxima e, evocando “O Príncipe” de Maquiavel, é considerada também um dos marcos da teoria política.

Esta obra, além de suscitar uma série de discussões, como a relação cidade-campo, reforma agrária, papel do Estado e do planejamento na organização do espaço, etc., resgata outra questão, porém a esta relacionada - a questão regional; e neste sentido, Gramsci deixa uma contribuição inigualável, que inspiraria, mais tarde, muitos outros autores no trato deste tema que, particularmente, é de grande interesse para a Geografia.

Em sua análise histórica, Gramsci escreve que a unidade e a formação do Estado italiano terminadas em 1861, que aglutinaram todos os pequenos estados que formavam a Itália até então, ocorreram durante o *Risorgimento*. Neste momento, segundo este autor, realizou-se a ruptura entre o Norte industrializado e o Sul agrícola e atrasado, assim como o rompimento entre as relações cidade-campo.

Durante o *Risorgimento*, portanto,

*já se conformava, embrionariamente, a relação histórica entre o Norte e o Sul, relação comparável à de uma grande cidade e um vasto campo; na medida em que essa relação não tinha a característica clássica de um vínculo orgânico entre província e capital industrial, mas se referia a duas extensões do território, com tradições civis e culturais profundamente distintas, todos os elementos que lhe podiam emprestar a dimensão de um conflito de nacionalidades encontraram-se reforçados*⁸.

⁶GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: “Temas de Ciências Humanas”, n.º 1.

⁷MACCIOCCHI, M. A., 1977.

⁸GRAMSCI apud MACCIOCCHI, 1977, p. 109.

O Norte industrializado, dotado de uma economia em desenvolvimento, possuía uma cultura moderna, população de nível cultural elevado, uma classe burguesa eficaz e inteligente e uma massa operária consciente e relativamente bem-engajada no sentido de formar uma política de classe. Esta sociedade era contrária a tudo que dizia respeito ao Sul, considerando-o odioso e sujo. A região meridional, economicamente atrasada e organizada ainda de forma semifeudal, possuía uma cultura retrógrada, cuja população analfabeta se somava em 90%, uma burguesia mesquinha e ignorante e camponeses incultos, supersticiosos e contrários não só ao Estado, mas a tudo aquilo proveniente do norte e de sua classe operária, de maior nível cultural e político.

Como bem assegura Gramsci,

O Mezzogiorno pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria de sua população, não tem nenhuma coesão entre si (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários rurais e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em constante efervescência, mas como massa são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os estímulos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político, e os grandes intelectuais no campo ideológico, centralizam e dominam, em última análise, todo esse conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão⁹.

Portanto, a unidade italiana, segundo Gramsci, na medida em que deu origem a uma Itália dividida entre Norte e Sul, representou uma conquista real exercida pela burguesia, industriais e comerciantes do Norte, que se apossaram do Sul, isto é, de sua população agrícola que a partir de então, se viu privada de suas principais reivindicações.

⁹ GRAMSCI, "Alguns Temas da ..." Op. cit., pp. 35-36.

O *Risorgimento* representou para este cientista político um tipo de “revolução passiva”, ou seja, um movimento onde não há a representação popular, cuja ação reflete tão-somente os anseios das elites políticas, excluindo a classe popular, de modo a avançar o movimento segundo as predeterminações das classes que o dirigem.

Por esse motivo, Gramsci insiste nas conseqüências irreparáveis da ausência, no seio do *Risorgimento*, de um verdadeiro partido político, uma vez que o Partido Socialista Italiano, devido às rivalidades internas, inseguranças e falta de uma direção eficaz e enérgica, não foi capaz de adotar nenhuma medida revolucionária, nem sequer de incorporar às suas palavras de ordem as da reforma agrária. Além do mais, este partido se posicionou como antimeridional, pois na medida em que dava crédito às teses que versavam sobre a inferioridade das sociedades do Sul, contribuía para veicular uma ideologia criada pela burguesia industrial do Norte, própria para exercer o seu poder dirigente e de dominação.

O Estado Italiano, diante desta organização política e territorial e representando os interesses da classe dominante - constituída pelo bloco industrial-agrário que se consolidou com a unificação do país - favoreceu a extensão da dominação política, econômica e administrativa do Sul, de modo que todas as medidas administrativas, alfandegárias, etc., ao invés de diminuir as diferenças e o desequilíbrio entre as duas regiões, só fez acentuá-las.

É claro que o Governo Italiano não estava preocupado em resolver o atraso do Sul, pois era exatamente esse subdesenvolvimento que estava favorecendo a expansão capitalista do Norte. Os industriais desta região, de modo a selar uma aliança com a burguesia sulista - os proprietários de terra - posicionaram-se contra a reforma agrária e conquistaram a colaboração dos profissionais liberais, advogados, professores, funcionários públicos, padres - os quais Gramsci chama de “intelectuais” - através de concessões de privilégios econômicos, sociais e políticos. Gramsci analisará profundamente o papel reacionário destes intelectuais e irá desvendar os serviços por eles prestados aos proprietários, no exercício da exploração e dominação dos camponeses incultos. Dessa forma, o segmento social que podia comandar a insurreição do Sul, colocara-se como instrumento da política colonialista do Norte.

A respeito disto, argumenta Macciocchi, interpretando Gramsci, o “bloco histórico”, constituído pelos industriais do Norte e os grandes proprietários do Sul, selou sua unidade com base em interesses bem precisos: as terras freqüentemente incultas continuavam a proporcionar uma renda aos

*‘senhores’ meridionais; essa renda não era totalmente reinvestida nem inteiramente gasta nas cidades, mas ia alimentar os bancos do Norte, favorecendo assim, a arrancada industrial dessa região; o Estado, não só não investia um centavo em equipamentos estruturais para o Sul, mas inclusive, impunha aos camponeses pobres do Sul impostos relativamente pesados*¹⁰.

Em “Alguns Temas ...”, Gramsci mostra que, assim como a zona rural do Norte se subordinava às suas cidades, o *mezzogiorno* e as ilhas do Sul significavam, para o Norte, um imenso campo a ser explorado e subjugado de acordo com os seus interesses e necessidades.

O capitalismo italiano tomou o poder adotando o seguinte esquema: submissão do campo às cidades industriais, submissão do Centro e do Sul da Itália às regiões do Norte. A questão das relações entre campo e cidade se apresentam no Estado burguês italiano não somente como a das relações entre grandes cidades industriais com áreas rurais nas imediações dentro do mesmo quadro regional, porém mais ainda como a questão das relações entre uma parte do território nacional e outra, totalmente distinta e com características próprias¹¹.

Em sua análise, Gramsci ressalta, portanto, que na Itália o Sul subdesenvolvido serviu como um espaço necessário ao desenvolvimento do norte.

Assim sendo, para ele, a superação da situação de miséria e opressão em que se encontrava a população do Sul da Itália, não ocorreria via soluções reformistas, mas tão-somente através de uma revolução socialista. Neste sentido, a estratégia revolucionária montada em seus escritos não se trata apenas de uma aliança entre operários, cam-

¹⁰ MACCIOCCHI, M. , Op. cit., p. 113-114.

¹¹ GRAMSCI apud MACCIOCCHI, 1977 , Op. cit., p. 120.

poneses e intelectuais ou de uma aliança entre cidade e campo, mas da aliança entre dois territórios: o Norte e Sul. E só assim se chegaria à verdadeira unidade nacional, ou melhor, ao *II Risorgimento*.

5. REGIÃO E CONTRADIÇÃO

A par das considerações anteriormente apresentadas, que Gramsci fez a respeito da questão do *Mezzogiorno*, ou seja, da região Sul da Itália, pode se dizer que este autor realizou a análise referente a este tema, segundo os princípios do método dialético. Dessa forma, tentar-se-á, a seguir, entender alguns aspectos da realidade sul italiana explicados nos escritos de Gramsci, à luz da lei da contradição.

Gramsci, ao considerar que a total ruptura entre o Norte e o Sul da Itália, ocorreu durante o *Risorgimento*, o fez de modo a considerar a teoria do materialismo histórico. Ele analisa a produção ou a construção destas duas áreas italianas diferenciadas, como resultado de um processo histórico de desenvolvimento. E ao contrário do que dizem os positivistas ou neopositivistas, por exemplo, trata o *Mezzogiorno* como o produto do real movimento que rege as sociedades, e considera o tempo presente como fruto e legado dos fatos históricos cumulativos.

Este autor procura focar o sul da Itália, levando em consideração uma visão totalizante, ou seja, insere esta região dentro de um contexto maior de análise, não se restringindo apenas aos fatores locais, inerentes à sociedade que compõe o próprio lugar, mas relaciona-a com o espaço total e com o conteúdo social, político e ideológico desse espaço global do qual o *Mezzogiorno* constitui parte integrante.

Gramsci, portanto, ao analisar o Sul da Itália, considera esta realidade como um todo único, tanto espacialmente como em termos de tempo, e qualquer região deste território constituiria uma parte indivisível, exercendo uma vida de inter-relações múltiplas.

Este autor, na medida em que realiza uma análise sobre o *Mezzogiorno*, vai para além da percepção imediata das coisas e fenômenos, isto é, rompe com a descrição das formas ou aparências, para chegar à análise daquilo que faz parte da concepção mediata, alcançando o conteúdo e a essência da realidade sul italiana.

Isto equivale dizer que Gramsci ao precisar as características do sul da Itália como uma região atrasada, agrícola e constituída de uma massa popular amorfa cultural e politicamente, assim o faz, relacionando esta área com o Norte industrializado, dotado de uma economia moderna e de uma classe operária politizada. A concreta e real caracterização de ambas as regiões só foi possível de ser construída no pensamento deste autor, na medida em que ele inter-relacionou as duas partes que integram o território da Itália. Isto é, o Sul só pôde ser apreendido ao se contrapor com o Norte, com a outra região que forma o seu par, ou seja, o seu contrário. Assim, as regiões Norte e Sul só podem ser vistas uma em contradição com a outra; porém, juntas, fazem parte de uma mesma unidade, posto que se integram e se relacionam entre si.

Este é um exemplo evidente do princípio da contradição dialética, que pode ser percebido ao nível do espaço. Através da contradição de diferentes relações sociais que, em última instância, se espacializaram, pode se dizer que a razão da existência do Sul da Itália é a existência da região que representa o seu contrário, isto é, o Norte da Itália, e, portanto, a razão desta última é exatamente a existência daquela primeira.

Como em todo o par de contradição, sempre existirá aquele que exerce a sua dominação. No caso aqui tratado, ou seja, considerando as duas regiões Norte e Sul da Itália, a evidência comprova que a região Norte exerce a hegemonia sobre o todo espacial, pois desta área são ditadas todas as regras que governam a sociedade italiana. Isto se deve ao fato de que a burguesia, os industriais, enfim, a classe que exerce a dominação sobre a vida econômica, social e política da Itália, reside exatamente nesta porção territorial. Portanto, toda a vida de relações que existe entre esta área e os demais espaços italianos se realiza de modo a favorecer sempre a acumulação e concentração de capital nesta porção territorial.

Esta maneira de enxergar a realidade é contrária aos métodos que seguem a concepção metafísica do mundo - aquela que trata de cada ser, coisa ou fenômeno de forma isolada, estanque, como se fossem únicos dentro do todo universal. Esta concepção, ao invés de considerar a totalidade indivisível, analisa as partes, segmentando-as, de forma a serem melhor compreendidas. Os seguidores das correntes

embasadas na metafísica, provavelmente, explicariam o atraso do Sul da Itália, baseando-se em fatores puramente locais, tipo de relevo, clima, tradição cultural, etc., sem levar em consideração a complexidade das múltiplas relações sociais, não só inerentes ao próprio espaço considerado, mas, principalmente, a que envolve o todo espacial que integra ambas as regiões.

No texto que Gramsci escreveu sobre o *Mezzogiorno*, percebe-se que as análises feitas a respeito da questão regional podem ser aplicadas no estudo de outras realidades que não o sul da Itália. Isto é possível porque o cerne da contradição existente entre o Norte e o Sul deste país é a luta travada entre o capital (no caso, representado pela burguesia do Norte) e o trabalho (aqui representado pelos camponeses meridionais)

Esta contradição é a que se pode chamar de contradição universal, e este tipo de contradição existe em todo e qualquer espaço do mundo capitalista e conseqüentemente, em toda e qualquer realidade deste modo de produção. Portanto, aquilo que existe de universal se realiza no seio do específico e, assim, a análise gramsciana da realidade italiana, no que se refere à questão regional, por exemplo, pode ser extrapolada para o estudo de outro espaço e servir de marco teórico para a compreensão de outras realidades que integram o sistema capitalista, pois em todo e qualquer espaço, dominado por este sistema, sempre a contradição principal será aquela travada entre o capital e o trabalho.

Além da contradição principal, Gramsci apreendeu aquilo que existe de específico no espaço social do Sul da Itália, percebendo todas as demais contradições secundárias subjugadas àquela contradição principal. Conseguiu perceber as outras formas contraditórias existentes, por exemplo, entre o Estado Italiano e os camponeses do sul, onde aquele primeiro adota todo o tipo de ação, de forma a explorar esta classe trabalhadora, revertendo os benefícios a favor da burguesia e impondo também ao Sul leis severas que disciplinam impostos sobre a produção ou circulação de mercadorias, de forma a beneficiar tão-somente o Norte da Itália e, conseqüentemente, a classe dominante que desta região faz parte.

O autor analisa também a relação contraditória existente entre os proprietários de terras do Sul da Itália e os camponeses e operários que compõem esta mesma área, bem como a mediação da Igreja, dos intelectuais, dos profissionais liberais, etc. Enfim, além da contradição principal existente entre o capital e o trabalho, Gramsci, a fim de apreender as especificidades regionais, também recupera estas contradições secundárias que, dominadas pela principal, vão emprestar a esta realidade aquilo que ela guarda de particular, de específico.

Através da leitura do texto de Gramsci, percebe-se que os pares que compõem as relações contraditórias, estão numa constante situação de antagonismo, isto é, de uma luta travada, de um lado, pelo Norte, no afã de valorizar o seu capital, e de outro, pelo Sul na busca de superar a situação de miséria e opressão em que se encontra. Assim sendo, as regiões Norte e Sul vivem uma situação de constante emba-te. Por esse motivo, Gramsci, enquanto pensador e político revolucionário, em seu trabalho "Alguns temas sobre a questão meridional", tenta armar uma estratégia política, de forma a pôr fim à contradição principal. Ou melhor, intenta realizar uma transformação radical da sociedade italiana, cuja possibilidade estaria no fortalecimento do Partido Socialista, para que este viesse, através da aliança entre os operários do Norte e camponeses do Sul, deflagrar uma revolução operária, e, com o advento do socialismo, pôr fim ao atraso e ao sub-jugo da sociedade sulista. Gramsci considera que apenas por meio da via revolucionária será possível superar a situação de dominação da Itália e, por conseguinte, o *II Resorgimento*.

Este estudo de Gramsci sobre a questão meridional da Itália revela que os pares de uma contradição, através da luta, podem se transformar nos seus opostos. Na Itália, a revolução socialista tal como Gramsci pregou, na verdade, nunca se concretizou, e por esse motivo a região Sul nunca exerceu a posição de dominação e jamais conseguiu superar a região Norte. A história italiana tem mostrado que isto, de fato, não foi possível, e que a concentração e acumulação do capital só tendem a agravar o fenômeno descrito de concentração da riqueza no Norte e de atraso e pobreza no Sul.

Isto vem revelar que é o próprio modo de produção capitalista que dá origem às áreas desiguais e com níveis de desenvolvimento diferenciado, uma vez que o sistema capitalista se realiza espacialmente, de forma desigual e combinado, de acordo mesmo com

mente, de forma desigual e combinado, de acordo mesmo com a lei da contradição da dialética.

Entretanto, a espacialidade destas formas desiguais e combinadas que termina produzindo as chamadas regiões, é constituída de movimento devido às próprias contradições e antagonismos existentes entre elas. Assim, não é possível pensar em regiões estáticas, imutáveis no tempo, pois as contradições inerentes a todos os pares contraditórios conferem a eles um movimento capaz de transformá-los, re-dimensioná-los e reorganizá-los.

Enfim, só é possível pensar em regiões como o resultado de uma determinação histórica, como bem mostra Marx nos capítulos “A chamada acumulação primitiva” e “Teoria moderna da Colonização”¹². Nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, o sistema para se reproduzir admite a inter-relação de vários modos de produção que a acumulação de capital assume. Os outros modos de produção que necessariamente se subordinam ao modo de produção que exerce a dominação no todo espacial, em determinadas fases do sistema capitalista, assumem uma função específica e servem como instrumentos de acumulação e expansão capitalista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo ora realizado, pode se afirmar que o método dialético e a teoria do materialismo histórico permitem compreender, de fato, a realidade regional e as verdadeiras causas das diferenças que existem entre as diversas áreas da superfície da terra.

No momento atual da história dos homens, o sistema capitalista lança as suas garras em todas as direções do mundo dominado por este modo de produção. Dessa forma, as regiões não podem ser vistas da forma como procedia a Geografia Tradicional. Esta enfocava a região pela coesão interna dos elementos físicos, sociais e econômicos. Isto é, os espaços diferenciados da superfície da terra se individualizavam apenas pelos seus fatores internos, inerentes a cada uma das diversas porções do território. Os fatores externos não eram considerados, e as “regiões” eram vistas como se fossem únicas e não como

¹² MARX, K., 1987.

parte integrante de um espaço maior ou de um contexto social, econômico e político mais amplo.

Entende-se, assim, que as regiões devem ser trabalhadas, levando em consideração a noção de totalidade social e, em especial, o princípio da contradição inerente à própria lógica do sistema capitalista.

As regiões, portanto, comportam a espacialidade do movimento do modo de produção capitalista. É, pois, a expansão do sistema capitalista que produz ao mesmo tempo e de forma combinada áreas diferenciadas, isto é, pares ou grupos de áreas contraditórias, segundo os próprios interesses da acumulação de capital.

Alguns autores que têm se preocupado com a questão regional, a exemplo de Lipietz¹³, afirmam que as desigualdades entre as áreas acabam sendo funcionais à própria acumulação monopolista. Enfatizam também que o desenvolvimento capitalista, ininterruptamente, produz, de um lado, o desenvolvimento de uma região e, de outro, cria outras, por força de sua própria necessidade.

O capital monopolista não homogênea o espaço, de modo a dissolver as regiões, pois sob o modo de produção capitalista sempre existirá a contradição principal representada pelo capital e o trabalho. Esta contradição, engendrando uma multiplicidade de contradições secundárias, continuará a existir e, conseqüentemente, a produzir, transformar e reorganizar o espaço, dando origem, portanto, às chamadas **regiões**.

E, para estudá-las, deve se fazer um trabalho minucioso a respeito de questões como a divisão territorial do trabalho, as diferenciações e luta de classes, as desigualdades das forças produtivas e das relações de produção, a mediação do Estado, etc. Deve se, analisar com ressalvas, portanto, o enfoque tradicionalista da Geografia que tratava o espaço de forma harmoniosa, estanque, isolada, como se o mundo fosse imutável, sem vida e sem movimento.

¹³ LIPIETZ, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. (série princípios)
- DUARTE, A. C. Considerações Metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, n. 10, p. 20, 1980.
- GIANNOTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho - estudos sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: LPM, 1985.
- GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: *Temas de Ciências Humanas*, nº 1. [s/d]
- KONDER, L. *O que é dialética*. 9. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIPIETZ, A. *O Capital e seu espaço*: São Paulo: Nobel, 1987.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MANDEL, E. *Introdução ao Marxismo*. Porto Alegre: Movimento, 1978.
- MARX, K. *O capital - crítica da economia política*. 11 ed. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel I, 1987. v. 1.
- MODERNO, J. R. *O pensamento de Mao Tsé-tung*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRADO JR., C. *Teoria marxista de conhecimento e método dialético*. São Paulo: AGB. 1979. (Seleção de Textos, n. 6)